

ECONOMIA

Estudo indica medidas para destravar R\$ 27 bi em prevenção climática

Investimento seria em ações de drenagem, contenção de encostas e infraestrutura urbana e ações preventivas

Um estudo da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), elaborado em parceria com a Finance Estudos e Pesquisa e a Finanças Análise Consultoria Econômica, revelou que o potencial brasileiro para investir em ações de drenagem, contenção de encostas e infraestrutura urbana é de aproximadamente R\$ 27 bilhões em novos financiamentos voltados a ações preventivas. O estudo se divide em dois blocos de medidas: um voltado à ampliação geral do crédito aos entes subnacionais e outro direcionado especificamente à Política Nacional de Mudança Climática (PNMC).

O estudo Cidades Sustentáveis: Construção de uma Nova Realidade para os Municípios no Âmbito da Sustentabilidade e do Programa Nacional de Mudança Climática, divulgado na semana em que o Brasil assiste à recente tragédia provocada pelas chuvas intensas em Juiz de Fora, Minas Gerais, que resultou em cerca mais de 60 mortes e levou à decretação de calamidade pública, mostra soluções para os entraves fiscais e regulatórios que limitam o acesso de estados e municípios ao crédito para investimentos em drenagem urbana, contenção de encostas, saneamento e infraestrutura resiliente.

Uma das soluções apontadas pelo estudo é que o montante anual global autorizado para novas operações seja equivalente ao valor da dívida a vencer no ano, como proporção do Produto Interno Bruto (PIB).

“Isso permitiria recompor o estoque sem pressionar o equilíbrio fiscal. Outra medida pre-



Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Mudanças climáticas aumentam os riscos de desastres naturais

vê desconsiderar, no cálculo do limite global, as operações de entes com Capacidade de Pagamento A, por não representarem risco macroeconômico relevante”, diz o estudo.

Outra proposta é a revisão do limite de exposição das instituições financeiras de desenvolvimento ao setor público, atualmente fixado em 45% do Patrimônio de Referência (PR) pela Resolução nº 4.995/2023.

“O estudo propõe diferenciar os percentuais conforme o perfil da instituição: até 70% do PR para Agências de Fomento, 60% para Bancos de Desenvolvimento e 50% - com possibilidade de extrapolação temporária até 55% - para as demais instituições financeiras de desenvolvimento”.

O estudo sugere ainda que a regra de destaque de capital seja modificada passando da proporção 1:1 para 1:3 nas operações garantidas por cota-parce de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ou seja, permitindo que a cada R\$ 1 de capital destacado pela instituição seja possível conceder até R\$ 3 em

crédito. “O estudo ainda propõe a revisão do limite de custo efetivo máximo nas operações garantidas por Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) - transferências constitucionais da União para estados e municípios que podem ser usadas como garantia de empréstimos, por serem receitas regulares e previsíveis”.

OUTRA SOLUÇÃO

Outra solução é o aprimoramento da metodologia da Capag (Capacidade de Pagamento), indicador da Secretaria do Tesouro Nacional que avalia a saúde fiscal de estados e municípios com base em endividamento, poupança e liquidez. Entre as sugestões estão o ajuste de endividamento, com inclusão da vida média ponderada da dívida, e a ampliação do espaço fiscal para entes classificados como A+ (incremento de 20%) e B+ (incremento de 10%) - categorias que identificam estados e municípios com melhor desempenho fiscal e maior capacidade de honrar compromissos financeiros.

Criação de um banco de projetos

O relatório sugere também a criação de um Banco de Projetos, com certificação sob gestão federal, e o reconhecimento de Projetos Regionais validados por Agências de Fomento, que também não seriam computados nos limites globais de endividamento.

Segundo as estimativas do estudo, cada medida pode gerar no montante anual global de crédito, R\$ 15 bilhões; na elevação do limite de 45% do

PR, 18 bilhões; na mudança na regra de destaque de capital (1:1 para 1:3), R\$ 7,1 bilhões; na revisão do limite de taxa/garantia FPM, R\$ 2 bilhões; na Capag A+ fora dos limites, R\$ 1 bilhão (193 municípios); na Capag “C” com crédito PNMC, R\$ 5 bilhões (beneficiando mais de 2.200 municípios); nos projetos regionais, R\$ 1 bilhão e no banco de projetos, R\$ 1 bilhão.

“O estudo mostra que é possível compatibilizar respon-

sabilidade fiscal com ampliação do investimento público, especialmente quando se trata de adaptação urbana às mudanças climáticas. É fundamental ter mecanismos que priorizem projetos certificados, estruturados e alinhados à Política Nacional de Mudança Climática. Além de reduzir custos, estamos salvando vidas e tornando o Brasil um país mais resiliente e sustentável”, disse o diretor-executivo da ABDE, André Godoy.



PIB cresce 2,3% em 2025

O IBGE divulgou o PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil que cresceu 2,3% em 2025, atingindo o valor total de R\$ 12,7 trilhões. Embora positivo, o resultado marca uma desaceleração em relação a 2024 (3,4%). O PIB per capital alcançou R\$ 59.687,49, uma alta real de 1,9%.

PIB pelo lado da oferta

Pelo Lado da Oferta (Setores) a Agropecuária como protagonista: o setor foi o grande motor do ano, com um salto expressivo de 11,7%. A produção recorde de grãos, como soja e milho, compensou o ritmo mais lento de outras áreas. Serviços com Crescimento Resiliente: o setor de maior peso na economia avançou 2,1%. O desempenho foi sustentado principalmente por atividades de informação e comunicação, além de serviços financeiros, embora tenha perdido fôlego no último trimestre. Indústria em Recuperação Gradual: a indústria cresceu 1,5% no acumulado do ano. O destaque positivo foi a indústria extrativa (petróleo e minério), enquanto a indústria de transformação enfrentou maiores dificuldades devido aos juros elevados.

Pelo Lado da Demanda (Gasto)

Consumo das Famílias: apesar do mercado de trabalho aquecido, o consumo cresceu a um ritmo moderado, influenciado pelo custo do crédito. Foi um pilar de sustentação, mas com menor ímpeto do que em anos anteriores. O crescimento foi de 1,3%. Investimentos (FBCF): a Formação Bruta de Capital Fixo (investimentos em máquinas, construção e equipamentos) teve alta de 2,9%. Contudo, a taxa de investimento fechou em 16,8% do PIB, ligeiramente abaixo dos 16,9% de 2024. Setor Externo (Exportações): as exportações foram um destaque de alta, cresceu 6,2%. O forte desempenho das commodities agrícolas e minerais impulsionou as vendas para o exterior, contribuindo positivamente para o cálculo final. Já as importações cresceram 4,5% em 2025. Gastos do Governo: o consumo da administração pública também registrou expansão em 2025, atuando como um dos componentes que evitaram uma desaceleração maior da demanda agregada. O crescimento foi de 1,2% no ano passado.

Desaceleração no 4º. Trimestre

Desaceleração no 4º Trimestre. O final de 2025 mostrou sinais de estagnação, com variação de apenas 0,1% em relação ao trimestre anterior. Analistas atribuem isso ao impacto acumulado da taxa Selic em patamares restritivos.

Projeção do PIB em 2026

Para 2026, as projeções indicam uma nova desaceleração do crescimento econômico, com o mercado financeiro e o governo divergindo sobre a intensidade desse desaquecimento. Crescimento Estimado: A mediana do último Boletim Focus de aponta para uma expansão de 1,82%. Já o Ministério da Fazenda é mais otimista, mantendo a projeção de 2,3%, o mesmo ritmo observado em 2025.

Detalhes das projeções

Agropecuária sob Pressão: após o salto histórico de 2025, o setor deve perder fôlego. A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária) estima uma queda de 4,6% no Valor Bruto da Produção (VBP), devido à redução nos preços das commodities e ao efeito de uma base de comparação muito alta. Juros e Crédito: a expectativa é de que o Banco Central possa iniciar cortes na Selic ao longo de 2026, caso a inflação (projetada em 3,91%) se mantenha controlada. Isso seria fundamental para destravar os investimentos, que sofreram no final de 2025. Consumo e Renda: O consumo das famílias deve seguir crescendo de forma moderada, sustentado por um mercado de trabalho que permanece com baixa taxa de desemprego, mas limitado pelo endividamento ainda presente. O FMI e o Banco Mundial preveem que o Brasil crescerá entre 1,6% e 2,2%, alinhado à tendência de crescimento global “estável, mas frágil”.

Mude já, mude para melhor!

Quem atua com retidão, certamente terá sua recompensa, mesmo em meio as injustiças. Mude já, mude para melhor!

